

Oficina Linguagens da Cidadania: Experiências de Inteligência Coletiva e novas Tecnologias Leves para o trabalho com infância e adolescência



Luciano Ferreira Piccoli¹ (IC/CNPq); Cleci Maraschin¹ (O/CNPq)

¹ Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Oficinando em Rede

O exercício da cidadania possibilita o **protagonismo**, a **invenção**, o **recriar-se** e a **promoção de saúde**.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) encontra um **paradoxo** – crescente conquista de direitos choca-se diariamente com o desrespeito pelo cumprimento dos mesmos.

Ademais, encontramos nos serviços de saúde poucas atividades prioritárias e pensadas especificamente para essa população.

Pesquisa

Analisamos as produções de **duas** etapas da **Oficina Linguagens da Cidadania** ocorridas no território da **Região Partenon/Lomba do Pinheiro**

1ª)

15 participantes (8 a 15 anos) – **12 encontros**; semanais – **uma hora e meia** de duração

2ª)

13 participantes (9 a 15 anos) – **30 encontros**; semanais – **uma hora e meia** de duração (em andamento)

Método

• Utiliza-se a **pesquisa-intervenção** (Maraschin 2004), no formato do **dispositivo-oficina**.

Operadores Conceituais

• **Promoção de Saúde** - Carta de Ottawa (1986) (WHO, 1986; MS, 2002).

• E a **Invenção** a partir de Kastrup (1999).

• Cada oficina é registrada em diário de campo individual e há a elaboração de um registro coletivo. As oficinas desenvolvem-se de forma lúdica, com jogos e brincadeiras acopladas às ferramentas tecnológicas, permitindo a operação com diferentes linguagens – texto, imagem, som.

A construção do objetivo

Passos (2007) - Não podemos fossilizar um valor de fim a ser alcançado, o caminho se constituirá em sua própria direção. Um **hodós meta**.

Objetivos

Investigar como se dá à promoção de saúde através de práticas de exercício da cidadania ;

1ª Etapa

como o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilita exercícios de invenção, favorecendo a construção da cidadania.

2ª Etapa

anotar elementos emergentes de uma Inteligência Coletiva (IC) que indiquem diretrizes para novas e criativas atividades com crianças e adolescentes no serviços de saúde

Análise Preliminar

Aponta a oficina como um espaço de criação, onde as crianças e adolescentes têm a oportunidade de experimentar a invenção, ocupando lugares de cidadão – em consonância com os pressupostos da promoção de saúde e da proteção à infância e juventude.

O uso de tecnologias digitais, opera como um dispositivo que potencializa o exercício inventivo e as vivências de cidadania na contemporaneidade.

As Oficinas carregam o nome do objeto material que as confere a existência. Uma oficina sem materialidade aparente (cidadania), é possível através do experenciar em ato, se este for sentido pelos participantes.

As Oficinas ocorrem no próprio território geográfico dos participantes. Eles apontam como diretriz para o trabalho o reconhecimento desse território (também existencial e afetivo), acompanhando-os através dele.

Os encontros iniciam numa UBS. A relação estabelecida com o serviço está mudando. Do local outrora para queixas e reclamações, vemos agora significados de produção de vida.

Considerações

A fim de obter diretrizes de trabalho com uma população é necessário expor as idéias propostas ao julgamento dos participantes, para que eles identifiquem o que os tocou e tenham sugestões.

Oficinas estruturadas enquanto em módulos temáticos ajudam a criar dispositivos de avaliação e validação dos resultados e das notas de campo. Como exemplo, os participantes manterem um diário de bordo oral no qual relatam suas mudanças e idéias obtidas no processo. Ou a validação pelos participantes de um relato comum do encontro anterior.

Referências

1. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Brasil. Lei Federal 8.069/1990 (13 de julho de 1990).
2. Kastrup, Virginia. (1999). A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Campinas, SP: Papirus.
3. MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e intervir. Em: Psicologia & Sociedade - Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social ABRAPSO, Vol.16 n.1 Número Especial 2004.
4. Ministério da Saúde (MS), Brasil. As cartas da promoção da saúde. Brasília: O Ministério, 2002.
5. Passos, Eduardo H. Políticas Públicas e Psicologia: potencialidades e desafio dessa relação. IV Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas, 2007.
6. World Health Organization (WHO). The Ottawa charter for health promotion. Geneva: WHO, 1986.